

**REFLEXOS E REFLEXÕES NA FORMAÇÃO EM PEDAGOGIA NOS CURSOS EAD:
UMA ANÁLISE HISTÓRICO-CRÍTICA**

**REFLEXIONES Y CONSIDERACIONES EN PEDAGOGÍA EN CURSOS DE
EDUCACIÓN A DISTANCIA: UN ANÁLISIS HISTÓRICO-CRÍTICO**

**TITLES REFLECTIONS AND CONSIDERATIONS IN PEDAGOGY IN DISTANCE
EDUCATION COURSES: A HISTORICAL-CRITICAL ANALYSIS**

DOI: <https://doi.org/10.9771/gmed.v16i2.55973>

Andressa Pereira Silva Sartori¹

Andréia Weiss²

Resumo: À luz da Pedagogia Histórico-Crítica, este estudo tem como objetivo principal analisar a formação de professores nos cursos de Pedagogia no contexto da modalidade de educação a distância (EaD) no Brasil. Os dados produzidos a partir da Pesquisa Documental apontam que as implicações da formação de professores na modalidade EaD para a classe trabalhadora comprometem diretamente a luta pela emancipação humana, perpetuando a relação de exploração do ser humano por outro ser humano, bem como a existência e manutenção de classes sociais.

Palavras-chave: Pedagogia histórico-crítica. Formação de professores. Educação a distância.

Resumen: A la luz de la Pedagogía Histórico-Crítica, este estudio tiene como principal objetivo analizar la formación de profesores en cursos de Pedagogía en el contexto de la modalidad de educación a distancia en Brasil. Los datos producidos a partir de la Investigación Documental apuntan que las implicaciones de la formación docente en la modalidad de educación a distancia para la clase trabajadora comprometen directamente la lucha por la emancipación humana, perpetuando la relación de explotación del ser humano por otro ser humano, así como la existencia y mantenimiento de las clases sociales.

Palabras clave: Pedagogía histórico-crítica. Formación de profesores. Educación a distancia.

Abstract: In the light of Historical-Critical Pedagogy, this study aims to analyze the teacher education in Pedagogy courses in the context of Distance Education in Brazil. The Documentary Research produced data indicating that the implications of teacher formation in the Distance Education mode for the working class directly undermine the struggle for human emancipation, perpetuating the relationship of exploitation of one human being by another, as well as the existence and maintenance of social classes.

Keywords: Historical-critical pedagogy. Teacher formation. Distance education.

Introdução

Cada vez mais temos a sensação de estarmos sendo bombardeados por propagandas sobre a educação superior a distância em nosso país. Elas se encontram de todas as formas e em todos os veículos

de comunicação, fazendo a oferta de diferentes cursos de graduação. As estratégias de marketing digital das empresas educacionais tentam a todo custo divulgar e comercializar seus produtos para conquistar novos clientes e melhorar suas receitas, e para isso criam promessas enganosas que podem frustrar os planos de carreira do indivíduo. Com relação aos cursos de licenciatura,

O que está à venda é a formação de professores! Vende-se a chave de uma porta a se abrir para um futuro suportável no universo do desemprego estrutural perpetrado pelas relações capitalistas de produção: financiamento barato, avaliação asseguradora da qualidade de ensino e EaD como acesso a credenciais para o emprego (SEKI; SOUZA; EVANGELISTA, 2017, p. 449).

Percebe-se, pois, que a hegemonia capitalista nas diretrizes educacionais tende a determinar a subordinação do preparo do professor aos interesses privados, com um discurso que ignora a dimensão ideológica da ciência e da técnica, bem como a complexidade das relações sociais e pedagógicas. Nesse sentido, a contrarreforma universitária em curso no território brasileiro manifesta exatamente a reação burguesa na busca por capital, sob a aparência de uma política inclusiva para trabalhadores e trabalhadoras que muitas vezes são atraídos pela flexibilidade de horários, por mensalidades acessíveis e oportunidade de acessar o tão sonhado ensino superior no intuito de verem aumentadas as suas chances no mercado de trabalho, muito embora logo descubrem que o ensino ofertado via EaD é sem qualidade e aligeirado (SAVIANI; GALVÃO, 2021).

Por essa via, a invasão da escola pública por “sistemas educacionais” privados de hegemonia burguesa; a imposição da EaD nos cursos presenciais; a criação do ReUni Digital; a Educação Digital; o deslocamento de fundos públicos para empresas privadas educacionais; a compra de tecnologias para as escolas, entre outros, tudo isso nos faz recuperar um trecho das Teses sobre Feuerbach, em que Marx em 1845 lança uma provocação:

A teoria materialista de que os homens são produtos das circunstâncias e da educação e de que, portanto, homens modificados são produtos de circunstâncias diferentes e de educação modificada esquece que as circunstâncias são modificadas precisamente pelos homens e que o próprio educador precisa ser educado (MARX, 1999, p. 5).

Esse fragmento abre pelo menos duas questões cruciais: Em quais circunstâncias o educador é educado? Quem educa o educador? As provocações de Marx (1945), associadas à nossa discussão, nos levam a considerar que no atual cenário de exploração dos trabalhadores para perpetuação da dominação capitalista não existe para o educador outro educador que não seja o capital. Isto é, o capital educa o educador a partir dos seus interesses de formação para manter a sociedade capitalista e explorar a mão de obra da classe trabalhadora (SEKI; SOUZA; EVANGELISTA, 2017).

Seguramente, estamos abordando tais aspectos no domínio da sociedade de classes que tendem a tornar universais os interesses particulares da burguesia. Interesses meramente privatistas que colocam a educação como mercadoria e que “[...] desde a década de 1990, em muito contribu[em] para o esvaziamento da importância da educação escolar e dos conteúdos de ensino” (SAVIANI; GALVÃO, 2021, p. 38). Assim, a entrega do sentido social e político da formação de professores ao setor privado certamente evidencia o descaso e o descompromisso do Estado com a educação de qualidade.

Esse vínculo de conveniência entre o governo federal brasileiro e o capital faz com que as empresas educacionais comercializem a educação e cultivem ilusões por onde passam. A educação como mercadoria, por sua vez, edifica-se na falácia do emprego, pois se, por um lado, os diplomas de nível superior ajudam a blindar o trabalhador contra o desemprego, por outro, tal premissa só é válida para postos de trabalho que não necessitam de graduação, algo que pereniza e ratifica a hereditariedade proletarizante (VENCO, 2019). Nesse cenário excludente, as escolas se tornam responsáveis apenas por tornar o indivíduo competitivo no mercado de trabalho, e com isso:

A educação passa a ser entendida como um investimento em capital humano individual que habilita as pessoas para a competição pelos empregos disponíveis. O acesso a diferentes graus de escolaridade amplia as condições de empregabilidade do indivíduo, o que, entretanto, não lhe garante emprego, pelo simples fato de que, na forma atual do desenvolvimento capitalista, não há emprego para todos: a economia pode crescer convivendo com altas taxas de desemprego e com grandes contingentes populacionais excluídos do processo. É o crescimento excludente, em lugar do desenvolvimento inclusivo (SAVIANI, 2013, p. 430).

As palavras de Saviani (2013) nos ajudam a perceber que na sociedade regida pelo capital nem tudo é o que parece ser. Assim, a “batalha contra a pobreza” que supostamente iria combater um problema estrutural de nossa sociedade por meio da educação, proferida pelo Banco Mundial (BM) e seguida com afínco por países em desenvolvimento como o Brasil, que almejam o progresso econômico e social, vem se revelando como um verdadeiro gatilho para a exclusão deliberada de trabalhadores em favor do incremento do lucro e da extração de mais-valia.

Não podemos deixar de considerar, também, que o Banco Mundial (2020) em seu documento reitera que o cenário tecnológico molda a demanda potencial por educação. Na perspectiva do BM, as novas tecnologias da informação transformam de modo contínuo a forma como as pessoas vivem e se comunicam, como as empresas fazem negócios, o tipo de trabalho que está disponível e as habilidades que estão em maior ou menor demanda; a seu ver, as mudanças tecnológicas podem:

Melhorar a qualidade da prestação de serviços, mas pesquisas e experiências de campo indicam que a nova tecnologia deve vir acompanhada de profundas mudanças nos métodos pedagógicos. [...] Isso implica mudar a forma como os educadores são formados, aumentando a oferta de educadores qualificados e melhorando a relevância dos currículos de educação (BANCO MUNDIAL, 2020, p. 2, tradução nossa).

Essa linha de raciocínio do BM nos dá pistas para entender um pouco mais a fundo os interesses do capital na formação de professores. Algumas das orientações do BM tendem a limitar a contratação de novos professores concursados; introduzir bônus por frequência para os professores; implementar mecanismos para registrar ausências e presenças (por considerar que as licenças são muitas vezes concedidas por motivos não verificáveis); introduzir a aplicação de ameaças de demissão por absenteísmo excessivo; controlar o processo educativo da juventude, dentre outros. Na prática, isso implica dizer que quanto mais trabalhadores disponíveis no mercado, maiores são as chances dos indivíduos empregados aceitarem imposições jamais toleradas anteriormente para se manter no emprego, ou seja, “Quando os tempos são difíceis, os trabalhadores empregados pensam duas vezes antes de pleitear qualquer coisa” (MOURA, 1998, p. 98).

Dessa forma, a necessidade do mercado de ter mais professores disponíveis do que empregos oferecidos serve para estimular a competição entre pares, tornando-os cada vez mais empregáveis e produtivos. Por consequência, esse ato abre um campo de possibilidades para governo e empresas reduzirem folha salarial, gastos trabalhistas e previdenciários, e para instalar a hegemonia dos ideais neoliberais na educação. Portanto, a hegemonia do capital na definição das políticas de formação de professores e sua subordinação à concepção burguesa de escolarização por vias digitais, além de ter como consequência o aumento de cursos de licenciatura sem qualidade e aligeirados, também instaura um cenário futuro perpetuado por baixos salários, desvalorização social e péssimas condições de trabalho para a classe proletária.

Nessa conjuntura, respeitadas as particularidades históricas de todas as profissões e postos de trabalho que também sofrem com os riscos das políticas neoliberais, nos deteremos em abordar os reflexos da educação a distância na formação de professores, tomando o curso de Pedagogia como referência para nossa discussão.

Com isso, esperamos que as informações a seguir contribuam para a análise da formação de professores nos cursos de Pedagogia no contexto da modalidade de educação a distância no Brasil. Os dados apresentados sugerem uma tendência preocupante: a tentativa de setores da burguesia de impor seus interesses particulares, que são predominantemente privatistas, tratando a educação como uma mercadoria. Isso implica que, em vez de priorizar a qualidade e a democratização do ensino, a expansão da EaD pode estar sendo orientada por objetivos comerciais e não educacionais.

Este artigo é um desdobramento dos resultados expostos na dissertação intitulada “Reflexões na formação em Pedagogia nos cursos de EaD: uma análise histórico-crítica”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino, Educação Básica e Formação de Professores, da Universidade Federal do Espírito Santo, em 2023. Na ocasião, conduzimos uma pesquisa qualitativa através da pesquisa bibliográfica e documental. A primeira, com o intuito de apropriar a Pedagogia Histórico-Crítica enquanto construção coletiva de uma teoria pedagógica revolucionária cujos interesses se articulam de forma crítica à classe trabalhadora; a segunda, com o intuito de visualizar melhor o cenário da formação docente EaD no Brasil.

A escolha pelo método e pesquisa bibliográfica nos permitiu balizar a investigação. Com isso, tendo como tema-problema da nossa discussão a formação de professores e o reflexo da EaD nessa formação, fomos ao encontro de fontes bibliográficas que pudessem nos dar pistas sobre o fenômeno estudado à luz da Pedagogia Histórico-Crítica. Assim, optamos por acessar prioritariamente fontes primárias para entender a pedagogia proposta pelo professor Dermeval. Nesse sentido, tivemos como sustentação para a fundamentação teórica desta pesquisa diferentes obras de Saviani (2011; 2013; 2020; 2021, dentre outras), bem como outros autores que também compactuam com essa perspectiva pedagógica, como, por exemplo, Martins (2011), Marsiglia (2011) e Freitas (2018).

Com o avanço das tecnologias de informação e comunicação, alguns materiais bibliográficos ficaram em formatos digitais, o que nos ajudou na localização das fontes de textos completos online e na localização de exemplares para compra ou empréstimo entre bibliotecas.

Paralelamente à pesquisa bibliográfica, também produzimos dados através da pesquisa documental. Coletamos e analisamos dados em diferentes fontes, entre elas: documentos oficiais do governo federal relativos às políticas educacionais da educação básica, ensino superior e formação de professores; documentos oficiais do Banco Mundial referentes à educação; redes de consultoria privadas especializadas em educação, sindicatos e instituições não governamentais e sites dos maiores conglomerados educacionais que atuam no Brasil. Para este texto, que apresenta um recorte de nossa pesquisa, utilizamos os seguintes documentos na análise:

- O Censo da Educação Superior de 2019 e 2021: visto que possui diferentes dados estatísticos que evidenciam as consequências da educação a distância no sistema de ensino brasileiro.
- A estratégia educacional 2020 do Banco Mundial: por ser um documento que traz uma série de estratégias para ampliar o investimento no conhecimento e nas habilidades das pessoas a fim de promover o desenvolvimento econômico rápido e sustentável dos países em desenvolvimento.
- O documento de 2017 do Banco Mundial, intitulado “Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil”: por ser um documento que contém uma análise dos gastos do governo e identifica alternativas para reduzir o déficit fiscal a um nível sustentável, ao mesmo tempo que fornece ao nosso país possibilidades para a consolidação dos ganhos sociais alcançados nas décadas anteriores.
- O Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 1997, do Banco Mundial: por ser um documento que defende um Estado mais efetivo, que equilibre suas funções com o mercado, promovendo desenvolvimento sustentável, tanto econômico como social, garantindo um ambiente favorável ao setor privado.

Ressaltamos que todos os dados analisados são públicos e foram encontrados no site do Banco Mundial e no site do Governo Federal. Dessa forma, os preceitos éticos de proteção aos sujeitos foram respeitados.

Licenciaturas privadas: um mercado em expansão

Em 2015 a Secretaria de Educação Superior (SESU) disponibilizou os resultados das estratégias adotadas para promover a democratização e a expansão da educação superior no país no período entre 2003 e 2014. Em seu Balanço Social 2003-2014, a Sesu trouxe a EaD como um instrumento importante para ampliação da oferta do ensino superior. O texto do documento diz que:

Outra medida com alto potencial de variedade da oferta é o fomento à educação à distância, que apresenta ainda outras vantagens como o baixo custo, a flexibilidade de horários e o alcance praticamente universal. Cabe destacar o forte incremento das matrículas na graduação à distância entre 2003 e 2013: em 2003, eram menos de 50

mil matrículas; em 2013, mais de 1,1 milhão. Esse extraordinário crescimento (da ordem de 2200%) comprova, de um lado, a existência de uma forte demanda reprimida por modelos alternativos de oferta de educação superior, e, de outro, a superação do preconceito histórico com a modalidade, fruto das políticas do MEC nesse sentido (ESPÍRITO SANTO, 2015, p. 21).

Na perspectiva apresentada pelo documento, evidencia-se que a EaD, com sua característica de flexibilidade e baixo custo, influenciou fortemente a ampliação do acesso à educação superior no país, permitindo que indivíduos até então afastados do campo acadêmico por diferentes motivos passassem a integrar o corpo discente das instituições de ensino superior.

Nesse cenário, a rede privada despontou como principal ferramenta para a expansão do ensino superior no país. Em 2013 ela contava com quase 5,5 milhões de matrículas em cursos de graduação, o que lhe garantia cerca de 74% de participação no sistema de educação superior brasileiro, ou seja, de cada quatro (4) matrículas efetuadas na graduação, três (3) eram para instituições privadas (BRASIL, 2018).

Giolo (2010) explica que a rede privada de ensino superior conseguiu vencer os obstáculos postos pelo poder público sobre o credenciamento de Instituições de Ensino Superior (IES) para a oferta de cursos à distância. Essa jogada beneficiou o mercado empresarial da formação de professores, mais precisamente o comércio de cursos de Pedagogia e Normal Superior.

Nesse contexto, os cursos de licenciatura presenciais passaram a perder espaço para os cursos à distância, favorecidos pelos modelos atrativos de ensino da iniciativa privada. Em 2020 o número total de ingressantes em cursos de licenciatura foi de 1.663.681, dos quais 66,43% pertenciam à rede privada de ensino, e os outros 33,57% pertenciam à rede pública (BRASIL, 2022).

Como bem sabemos, as instituições privadas de ensino superior têm lógicas de funcionamento bem diferentes das universidades públicas, assim, a busca por rentabilidade faz com que as empresas educacionais adotem medidas diferenciadas para conquistar clientes. Pereira (2019), em seu texto sobre a situação atual dos cursos de licenciatura no Brasil, frente à hegemonia da educação mercantil e empresarial, faz um apontamento importante que pode nos ajudar a compreender os motivos pelo qual o setor privado tem se sobressaído no mercado de formação docente. O autor considera que:

[...] para evitar que suas margens de lucro diminuam, as universidades-empresa acionam seus setores de marketing e de captação que atuam juntos para ajudar na “venda de seus produtos”. O primeiro setor é responsável pela produção de matérias de divulgação sobre os cursos e, por meio deles, informam os potenciais candidatos/clientes que tais cursos *não* são “apenas de licenciatura” (o que, obviamente, pode parecer pejorativo) e que, com a conclusão desses programas e os respectivos diplomas, podem atuar em outras áreas profissionais que não “apenas o ensino”. A função do setor de captação é justamente, de posse desse material, convencer o aluno-cliente a fazer/comprar tais cursos. Trabalham com a lógica do aluno-cliente, segundo a qual, “busca-se o menor investimento com maior retorno” possível. Dizem vender sonhos. Mas, na verdade, parecem vender ilusões (PEREIRA, 2019, p. 27, grifo do autor).

Percebe-se que o discurso de Pereira (2019) vai ao encontro do discurso de Saviani (2013), pois à medida que as empresas educacionais oferecem seus produtos para induzir o aluno a investir em cursos de graduação que aumentarão suas chances de concorrer no mercado de trabalho, a educação

superior passa a ser entendida apenas como um investimento em capital humano individual que habilita o sujeito a competir por empregos disponíveis. Por essa via, as estratégias de marketing das empresas educacionais conseguem aumentar o número de ingressantes dos seus cursos de licenciatura ao atingir boa parte daqueles que almejam ingressar na população economicamente ativa para escapar da condição de excluídos.

Assim sendo, a busca vinculada às novas necessidades de preparação para o mercado de trabalho faz com que a classe trabalhadora dê preferência para cursos na modalidade de educação a distância, por terem preços mais acessíveis do que a opção particular presencial. Nesse caso, mesmo com a possibilidade de realizar a formação em instituições públicas, esses sujeitos não conseguem competir com a grande concorrência e exigência para conseguir uma vaga, o que faz a maioria dos estudantes demorar muito tempo ou nunca conseguir boas notas no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e nos vestibulares.

Esse fato pode explicar o porquê de os cursos de licenciatura presenciais estarem perdendo espaço para os cursos a distância. Conforme divulgado pelo Censo da Educação Superior de 2020 (BRASIL, 2022), a licenciatura a distância da rede privada obteve 882.760 novas matrículas, enquanto a da rede pública teve 104.469 (BRASIL, 2020). Em relação à licenciatura presencial, a rede pública se sobressaiu à rede privada: enquanto a primeira totalizou 454.046 novas matrículas em cursos de licenciatura, a segunda apresentou 222.406 (BRASIL, 2020).

Contudo, não podemos deixar de considerar que, mesmo se tratando de instituições públicas, os cursos de licenciatura presenciais possuem formas mais fáceis de acesso, se comparadas às de outros cursos da mesma instituição. Vejamos o seguinte exemplo: A Figura 1 traz o Termo de Adesão da 1ª edição de 2023, da Ufes (campus São Mateus), ao Sistema de Seleção Unificada (SiSU)³. No Sisu as IES públicas têm livre poder para exigir um peso diferente para cada área de conhecimento avaliada no Enem, inclusive na redação.

Nesse sentido, a Figura 1 evidencia que o curso de Engenharia Química da Ufes possui pesos diferentes para cada área de conhecimento avaliada no Enem; e que o aluno, por sua vez, precisa atingir uma nota mínima para disputar as vagas no Sisu, que, no caso do exemplo, variam de 100 a 300 pontos, sem contar com a redação. Além disso, precisa de uma média mínima no Enem para participar do programa; no caso do curso em questão, a média mínima é 160.

Figura 1: Termo de Adesão Sisu 1ª edição de 2023/Engenharia Química

Local de Oferta: 1048379 - Centro Universitário Norte do Espírito Santo - CEUNES (São Mateus, ES)			
Rodovia BR 101 Norte, Km 60, S/N - Litorâneo - São Mateus -ES29932-540 - 27 3312-1511			
99096 - ENGENHARIA QUÍMICA			
Código: 99096 Grau: Bacharelado Turno: Integral (Matutino/Vespertino) Periodicidade: Semestral Integralização: 10 Vagas autorizadas: 50 Vagas ofertadas no Sisu: 50 vagas, sendo 50 vagas no 1º semestre e 0 vagas no 2º semestre. Percentual de vagas reservadas da Lei nº 12.711/2012: 50%	Prova do Enem	Peso	Nota mínima
	Redação	4,00	0,01
	Ciências da Natureza e suas Tecnologias	4,00	300,00
	Ciências Humanas e suas Tecnologias	1,00	100,00
	Linguagens, Códigos e suas Tecnologias	2,00	100,00
	Matemática e suas Tecnologias	4,00	300,00
	Média mínima no Enem	-	160,00

Fonte: Universidade Federal do Espírito Santo

Na Figura 2, também é possível visualizar o Termo de Adesão da 1ª edição de 2023, da Ufes (campus São Mateus), ao programa Sisu, só que agora no curso de licenciatura em Pedagogia. Os dados mostram que, apesar de existirem pesos diferentes para cada área do conhecimento, o aluno precisa apenas ter uma média mínima no Enem, de 0,01, para participar do processo de seleção do Sisu no curso em questão.

Figura 2: Termo de Adesão Sisu 1ª edição de 2023/Licenciatura em Pedagogia

Local de Oferta: 1048379 - Centro Universitário Norte do Espírito Santo - CEUNES (São Mateus, ES)			
Rodovia BR 101 Norte, Km 60, S/N - Litorâneo - São Mateus -ES29932-540 - 27 3312-1511			
1278626 - PEDAGOGIA			
Código: 1278626 Grau: Licenciatura Turno: Noturno Periodicidade: Semestral Integralização: 9 Vagas autorizadas: 50 Vagas ofertadas no Sisu: 50 vagas, sendo 50 vagas no 1º semestre e 0 vagas no 2º semestre. Percentual de vagas reservadas da Lei nº 12.711/2012: 50%	Prova do Enem	Peso	Nota mínima
	Redação	4,00	0,01
	Ciências da Natureza e suas Tecnologias	1,00	0,01
	Ciências Humanas e suas Tecnologias	5,00	0,01
	Linguagens, Códigos e suas Tecnologias	4,00	0,01
	Matemática e suas Tecnologias	1,00	0,01
	Média mínima no Enem	-	0,01

Fonte: Universidade Federal do Espírito Santo.

O exemplo acima serve para evidenciar que as licenciaturas muitas vezes são caracterizadas por um processo seletivo para inserir no ensino superior uma grande parcela da classe trabalhadora, de baixa escolaridade, que se concentra em regiões mais pobres da federação e/ou nas periferias dos grandes centros urbanos do país e que historicamente estiveram à margem das políticas sociais. Libâneo (2011) considera que a escolha de cursos de licenciatura em geral, ou mais especificamente do curso de

Pedagogia, ocorre em muitos casos como sendo a última opção para os alunos que obtiveram classificação mais baixa nos exames de seleção, algo que certamente explicaria a demanda de matrículas de licenciatura presencial na rede pública em relação à rede privada.

Tendo feito essa ressalva em relação aos cursos de licenciatura das IES da rede pública, podemos dar continuidade ao nosso discurso. Sendo assim, em relação aos cursos de licenciatura que abrangem as diferentes áreas de conhecimento, o Censo mostra que, desde 2018⁴, o número de alunos que frequentam esses cursos a distância é maior do que o número de alunos dos cursos presenciais (BRASIL, 2020). Esse movimento de mudança na curva de expansão da educação a distância nos cursos de licenciatura, que confere ao diplomado competências para atuar como professor na educação básica com o grau de licenciado, teve início em 2014 e se mantém em crescimento desde então (BRASIL, 2020).

No que se refere à Pedagogia, o Censo da Educação Superior de 2019 evidencia que em 2018 esse curso ficou em primeiro lugar entre os dez maiores cursos de graduação a distância, no Brasil, em número de matrículas⁵, com cerca de 12 mil matrículas na rede pública e mais de 515 mil matrículas na rede privada (BRASIL, 2020).

Não podemos deixar passar os dados relativos à demanda de matrículas no curso de Pedagogia EaD, sem antes relacioná-los com o estudo de Seki, Souza e Evangelista (2017), que aborda a formação docente superior pela hegemonia do capital no Brasil. Para os autores:

As transformações no chão da escola coadunam-se, entre outras, com a expansão mercantil da educação infantil, que substitui professores graduados por estagiários. Nesse cenário, o acesso aos cursos particulares de licenciatura, como é o caso da Pedagogia, representam formas de “conquista” de subempregos, mascarados de estágios e oferecidos desde as primeiras fases dos cursos. É particularmente preocupante, igualmente, as dívidas que recaem sobre os jovens estudantes, repercutindo negativamente sobre suas consciências como trabalhadores, sua inserção na escola e sua atuação política. Afinal, o que está em jogo é a manutenção do emprego ou sua concomitância com outras formas de venda da força de trabalho para o pagamento das dívidas (SEKI; SOUZA; EVANGELISTA, 2017, p. 463).

Nesse sentido, as conclusões do estudo de Seki, Souza e Evangelista (2017), associadas aos resultados do Censo de 2019 (BRASIL, 2020), que evidenciam que o curso de Pedagogia a distância da rede privada domina no Brasil a lista de cursos de graduação em número de matrículas, nos mostram de certa forma que os cursos de Pedagogia das IES privadas têm sido um instrumento para captar parte da classe trabalhadora ansiosa por qualquer possibilidade ou promessa de ascensão social.

Essa supervalorização da formação via EaD nos cursos de formação de professores esconde um regime de trabalho a que grande parte da população brasileira se sujeita ao aceitar subempregos mascarados de estágios e oferecidos desde as primeiras fases do curso. É lamentável que a classe trabalhadora, ao aceitar extensas cargas horárias com baixíssimas remunerações, ajude involuntariamente a ampliar o nicho de mercado que encurrala a venda de certificações em nível superior, evidenciando que a sociedade atual é “[...] baseada na exploração do homem pelo homem” (SAVIANI, 2013, p. 274).

Essa dura realidade nos leva a considerar que, em tempos difíceis, os trabalhadores desempregados não pensam duas vezes antes de pleitear qualquer coisa (MOURA, 1998), algo que

certamente faz com que muitas pessoas em cursos de licenciatura aceitem péssimas condições trabalhistas para entrar no mercado de trabalho. Nesse sentido, ao contratar mão de obra barata, utilizando o tipo de vínculo trabalhista no formato de aprendiz/estágio, tanto os municípios e estados quanto as empresas reduzem a folha salarial, os gastos trabalhistas e previdenciários em favor do capital, num movimento que impulsiona as relações de exploração da classe subalterna (SAVIANI, 2013).

Portanto, ao supormos que as licenciaturas privadas são um mercado em expansão, queremos levar o leitor a considerar que, em uma sociedade marcada pela desigualdade social, a classe trabalhadora, por falta de opção, passa a procurar opções mais fáceis para entrar no ensino superior e, assim, conseguir entrar no mercado de trabalho. Essa hipótese associada às promessas midiáticas das empresas educacionais que colocam o curso de Pedagogia no ranking de maior taxa de empregabilidade, nos fornece pistas para entender o porquê dos “[...] programas de preparação para o magistério acompanha[rem] um movimento mais geral de expansão da educação superior no Brasil, prioritariamente, via iniciativa privada” (PEREIRA; ZEICHNER, 2019, p. 20). Com isso, não podemos ignorar a lógica empresarial por trás dos interesses pela educação a distância. Belloni (2002) explica que:

No contexto atual do capitalismo, sobretudo com o sucesso incontestável dos sistemas midiáticos de vocação mundial (televisão e internet), o campo educacional aparece como uma nova fatia de mercado extremamente promissora [...] (BELLONI, 2002, p. 120).

Nesse aspecto, os elementos informativos referentes ao processo de formação inicial docente nos remetem à reflexão sobre como a educação tornou-se um investimento lucrativo e rentável ao alimentar o sistema capitalista neoliberal por meio da oferta de cursos superiores com baixo custo financeiro e com carga horária flexível. Todos esses elementos atraem milhares de pessoas que almejam entrar no mercado de trabalho ou uma recolocação profissional, para escapar da condição de excluídos dentro da sociedade atual.

A partir desta exposição, podemos considerar que o Banco Mundial, ao colocar a educação a distância e as novas tecnologias como forças econômicas, abriu caminho para uma concepção de educação economicista, pois, na medida em que não considera os aspectos culturais que envolvem as dimensões da consciência e da linguagem na educação, o Banco “[...] reproduz, no discurso, a racionalidade que mantém a sociedade ofuscada pela sedução da ciência e da tecnologia e dentro delas, as tecnologias da informação e comunicação, alimentando o sistema de dominação” (MORAES; LIMA, 2005, p. 79). Assim sendo, a centralidade da educação a distância nas políticas do Ministério da Educação (MEC) está aos poucos configurando um quadro que terá trágicas consequências para a educação no Brasil, caso não seja revertido de modo radical.

Reflexos e reflexões sobre os cursos de pedagogia

A trajetória histórica da formação de professores no Brasil está associada aos fenômenos políticos e econômicos que fomentam o desenvolvimento da ordem social vigente, corroborando com a ideia de que a humanidade sempre esteve cercada pelas relações de poder.

Nesse cenário, as universidades públicas brasileiras têm vivenciado uma crise que vem se aprofundando nos últimos anos por conta dos desdobramentos das políticas privatizantes que se manifestam por uma série de mecanismos e que fomentam o processo de precarização e desagregação do sistema de ensino brasileiro (ANDES-SN, 2016). Com isso, a educação passa a ser um segmento com alto potencial de exploração a ser disputado pelo capital, o que representa enormes possibilidades de lucro mercadológico (FREITAS, 2018).

Em solo brasileiro, essa estratégia tem apresentado como resultado o aumento da oferta de vagas de cursos de graduação a distância, principalmente em IES privadas. Similarmente, observa-se que nos cursos de licenciatura em Pedagogia há uma crescente expansão das instituições de ensino superior da rede privada formando mão de obra para a educação básica. Esse nicho de mercado revela que a formação de professores no Brasil é feita majoritariamente por empresas educacionais que transformam o direito à educação em mercadoria (FREITAS, 2018; MALANCHEN; MATOS; ORSO, 2020; PEREIRA; ZEICHNER, 2019).

Por essa via, os dados estatísticos apresentados nesta discussão não deixam dúvidas de que o curso de Pedagogia é o carro-chefe do mercado educacional que se instalou no Brasil. O profissional habilitado por essa licenciatura encontra um mercado de trabalho amplo, principalmente no setor público, em que é maior a demanda por professores de educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental. Naturalmente, os aspirantes à carreira do magistério, ao conseguir postos de trabalho nas escolas, também encontram as incertezas de uma profissão extremamente desvalorizada em nosso país. Um desprestígio que parte tanto do governo quanto da sociedade. Por isso, não é uma desvalorização apenas de cunho financeiro, mas também de cunho moral, político e social (SAVIANI; SANFELICE; LOMBARDI, 2005; SAVIANI, 2013).

Dessa forma, falar do ensino superior no país que “[...] vive um intenso processo de transformação de um direito em mercadoria” (SGUISSARDI, 2015, p. 867) e caracterizar os reflexos da educação a distância na formação de professores nos cursos de Pedagogia, envolve a junção de muitos tecidos para a confecção da colcha de retalhos da educação brasileira.

Em consonância com as críticas elaboradas por Saviani (2011; 2013; 2021), acreditamos que o processo de formação de professores se torna ainda mais complexo quando o país se encontra imerso em uma política neoconservadora que aposta na educação como forma de solução dos problemas sociais, ao mesmo tempo que pauta-se numa perspectiva de Estado mínimo que reduz os recursos públicos destinados às classes populares e ameaça direitos sociais conquistados.

Nesse sentido, embora o curso de licenciatura em Pedagogia EaD seja o objeto principal deste estudo, por estar no topo das graduações na modalidade de educação a distância no Brasil, a formação de professores precisa ser considerada como um todo para que os aspectos formativos e ideológicos sejam interligados em todas as situações.

Com esta exposição, visa-se levantar pistas de como, no âmbito de uma economia neoliberal em um Estado semiprivado, estão sendo anuladas as fronteiras entre o setor público e o privado ao

promover-se uma expansão da educação superior que “[...] a mantém como de elite e de alta qualificação para poucos, enquanto adquire traços de ‘sistema’ de massas e de baixa qualificação para muitos” (SGUISSARDI, 2015, p. 869). Por certo, isso coloca em dúvida o alcance das pretendidas metas oficiais de democratização do ensino superior.

Nesse sentido, a política de expansão da EaD no país, as respectivas matrículas em cursos de licenciatura a distância, a concentração da procura por cursos de Pedagogia, a presença de fundos de investimento nacionais e internacionais que se associam às grandes empresas do setor educacional, entre outros, nos levam a supor que a educação superior brasileira vive um intenso processo de transformação de “serviço público” para “serviço comercial” (SGUISSARDI, 2015; FREITAS, 2018). Ou seja, estamos vivendo um verdadeiro processo de mercantilização da educação, em um movimento que impede o efetivo acesso à graduação de qualidade pelas camadas populares.

Em meio a situações tão complexas, o principal argumento utilizado pelo Ministério da Educação na propagação do projeto de contrarreforma do ensino superior é o da consonância com as exigências contemporâneas, com o desenvolvimento do país e com a inclusão social, mas “[...] nos parece pouco sustentável o debate estruturado no binômio inclusão-exclusão porque ele se reduz à aparência de um fenômeno que é a desigualdade social, que continua inalterado” (PINTO, 2007, p. 60). Dessa forma, o movimento em prol da transformação geral da sociedade pela educação tem se caracterizado, de acordo com Libâneo (2011, p. 23), “[...] pela subordinação da educação à economia e ao mercado com pouca ou nenhuma preocupação com a desigualdade e o destino social das pessoas”.

Com isso, percebe-se que a submissão às políticas dos organismos internacionais é uma opção política consciente, mediada por um processo que articula os interesses políticos e econômicos da burguesia com o discurso do “bem comum”, para viabilizar as relações entre Estado e iniciativa privada e facilitar, assim, a operacionalização da educação pública não estatal. Obviamente essa parceria deixa de lado a luta pela redução das desigualdades vigentes na sociedade, que deveria ser empreendida a partir da expansão de uma educação escolar de qualidade para as populações em situação vulnerável saírem da condição de excluídas (SAVIANI, 2011; 2013).

Assim, o dualismo presente na educação brasileira nos coloca na linha de pensamento de Saviani (2013), que situa a teoria da escola dualista dentro do grupo das teorias crítico-reprodutivistas. Dermeval Saviani (2013) reconhece em seus escritos que as teorias crítico-reprodutivistas contribuíram de forma relevante para a compreensão do papel da escola na reprodução e perpetuação das desigualdades sociais. Entretanto, Saviani (2013) critica essas teorias por considerar que elas veem a escola apenas como um mecanismo de reprodução das relações de poder e dominação social existentes e, por isso, não apresentam alternativas para a superação dos conflitos de interesses que caracterizam a sociedade (SAVIANI, 2021).

Saviani (2021) argumenta que, ao enxergar a escola apenas como um mecanismo de reprodução das relações sociais de dominação, as teorias crítico-reprodutivistas negligenciam o potencial transformador da educação. Ele defende uma perspectiva que reconheça as contradições no sistema

educacional e explore as possibilidades de transformação através de uma prática pedagógica que promova a emancipação e a conscientização dos alunos (SAVIANI, 2021).

No entanto, a existência de uma educação de qualidade que alimente os sujeitos sociais para o desenvolvimento de ações conscientes e dirigidas, com o objetivo de superação da sociedade capitalista, foge dos padrões estruturantes da classe dominadora. Isso porque na teoria da escola dualista, a escola como aparelho ideológico, “[...] em que pese a aparência unitária e unificadora, é uma escola dividida em duas (e não mais do que duas) grandes redes, as quais correspondem à divisão da sociedade capitalista em duas classes fundamentais: a burguesia e o proletariado” (SAVIANI, 2021, p. 20).

A partir da obra *Escola e democracia*, Saviani (2021) demonstra o empenho dos autores Baudelot e Establet (1971) em evidenciar que existem apenas duas redes de escolarização, uma intitulada “rede secundária-superior” (rede SS) e a outra, “rede primária-profissional” (rede PP). Ambas se constituem a partir das relações que as definem como um aparelho escolar capitalista de reprodução e manutenção da ideologia dominante, pois representam:

[...] a divisão da sociedade em classes antagonistas que explica em última instância não somente a *existência* das duas redes, mas ainda (o que as define como tais) os *mecanismos* de seu funcionamento, suas causas e seus efeitos (BAUDELLOT; ESTABLET, 1971, p. 42, *apud* SAVIANI, 2021, p. 21, grifo do autor).

Nessa perspectiva, a dualidade escolar apresentada pela teoria ora exposta não se resume apenas a uma etapa do processo de escolarização, pois atravessa todo o conjunto do aparelho escolar (SAVIANI, 2021). Isto é, compreende a educação primária e se estende pelos demais níveis, inclusive nos níveis de ensino superior. Nesse contexto,

A função precípua da escola é a inculcação da ideologia burguesa, o que é feito de duas formas concomitantes: a inculcação explícita da ideologia burguesa e o recalçamento, a sujeição e o disfarce da ideologia proletária. A particularidade dessa teoria consiste no fato de que ela admite a existência da ideologia do proletariado. Mas considera que tal ideologia tem origem e existência fora da escola, nas massas operárias e em suas organizações. A escola é entendida, pois, como um aparelho ideológico da burguesia e a serviço de seus interesses (SAVIANI, 2013, p. 395).

Ou seja, na teoria da escola dualista, a burguesia, ao dispor de um padrão de conhecimento e realidade, recalca o outro. Nesse movimento ideológico, a escola minimiza a classe proletária com a falta de representatividade, o que faz a própria escola se tornar um instrumento de marginalização. Assim sendo, tanto a inculcação ideológica quanto a preparação para o trabalho estariam interligados, pois é no processo de inculcação ideológica que ocorre a formação do trabalhador, de forma que “[...] o aspecto ideológico é dominante e comanda o funcionamento do aparelho escolar em seu conjunto” (SAVIANI, 2021, p. 22). Assim sendo,

A contradição principal existe brutalmente *fora* da escola sob a forma de uma luta que opõe a burguesia ao proletariado: ela se trava nas relações de produção, que são relações de exploração. Como aparelho ideológico do Estado, a escola é um instrumento da luta de classes ideológica do Estado burguês, onde o Estado burguês persegue objetivos *exteriores* à escola (ela não é senão um instrumento destinado a esses fins). A luta ideológica conduzida pelo Estado burguês na escola visa à *ideologia proletária* que existe fora da escola nas massas operárias e suas organizações. A

ideologia proletária não está *presente em pessoa* na escola, mas apenas sob a forma de alguns de seus efeitos que se apresentam como resistências: entretanto, inclusive por meio dessas resistências, é ela própria que é *visada no horizonte* pelas práticas de inculcação ideológica burguesa e pequeno-burguesa (BAUDELOT; ESTABLET, 1971, p. 280, *apud* SAVIANI, 2021, p. 21, grifo do autor).

Em realidade, nessa dimensão, o papel da escola dualista vai além de reforçar a marginalidade; ela tem a missão de impedir o desenvolvimento da ideologia dos trabalhadores e a luta revolucionária (SAVIANI, 2021). Por essa via, pode-se concluir que

A escola é ao mesmo tempo um fator de marginalização relativamente à cultura burguesa assim como em relação à cultura proletária. Em face da cultura burguesa, pelo fato de inculcar à massa de operários que tem acesso à rede PP apenas os subprodutos da própria cultura burguesa. Em relação à cultura proletária, pelo fato de recalá-la, forçando os operários a representarem sua condição nas categorias da ideologia burguesa. Consequentemente, a escola, longe de ser um instrumento de equalização social, é duplamente um fator de marginalização: converte os trabalhadores em marginais, não apenas por referência à cultura burguesa, mas também em relação ao próprio movimento proletário, buscando arrancar do seio desse movimento (colocar à margem dele) todos aqueles que ingressam no sistema de ensino (SAVIANI, 2021, p. 23).

Nesse contexto, a escola afasta o proletariado da cultura e da ideologia de sua classe oferecendo a ele, a partir de uma rede de escolarização primária-profissional, o mínimo da cultura burguesa e seus subprodutos para que o sujeito acredite na ideologia dominante e, por consequência, abandone o processo de luta revolucionária. Do ponto de vista prático, trata-se de impedir e esvaziar a capacidade organizativa da classe trabalhadora para autoemancipação.

Essa caracterização de natureza antidemocrática e autoritária da burguesia brasileira e sua ação incessante de marginalização da classe trabalhadora tendem a determinar a subordinação do preparo do professor aos interesses privados. Essa afirmação leva em consideração os fortes indícios de que algumas características dos cursos de formação de professores analisadas neste estudo poderiam ser hipoteticamente lidas como barreiras institucionais e fatores de aumento das desigualdades, tendo em vista que os estudantes menos favorecidos socialmente – como, por exemplo, pobres e mulheres – são “encaminhados” para os setores e instituições menos prestigiados do sistema de ensino.

As evidências nessa direção foram retiradas do Censo da Educação Superior de 2019, que apresentou as mulheres como sendo o público típico dos cursos de licenciatura (BRASIL, 2020). Ademais, também visualizamos que os cursos de licenciatura da rede pública, em muitos casos, oferecem processos seletivos mais simplórios para inserir no ensino superior uma grande parcela da população de baixa escolaridade, que se concentra em regiões mais pobres da federação e/ou nas periferias dos grandes centros urbanos do país e que historicamente estiveram à margem das políticas sociais. Esse conjunto de evidências, associado à precariedade da educação a distância nos cursos de licenciatura, nos coloca de frente para outra concepção pedagógica dominante: a “inclusão excludente”.

Saviani (2013, p. 442) considera que a inclusão excludente consiste na estratégia de “[...] incluir estudantes no sistema escolar em cursos de diferentes níveis e modalidades sem os padrões de qualidade exigidos para ingresso no mercado de trabalho”. Com isso, essa forma de inclusão consegue melhorar

as estatísticas educacionais ao ampliar o atendimento escolar e se aproximar da realização de metas como a universalização do acesso à educação básica e ao ensino superior (SAVIANI, 2013).

No entanto, contextualizando a linha de pensamento de Saviani (2013) para este estudo, a fim de atingir metas quantitativas para o ensino superior, a política educacional brasileira lança mão de mecanismos como, por exemplo, a modalidade de educação a distância, para expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior, sem o correspondente efeito da aprendizagem efetiva. Por consequência, embora incluídos no sistema de ensino superior, os indivíduos da classe proletária “[...] permanecem excluídos do mercado de trabalho e da participação ativa na vida da sociedade. Consuma-se, desse modo, a ‘inclusão excludente’” (SAVIANI, 2013, p. 442).

Tal processo resulta na manutenção e perpetuação da desigualdade social por meio de práticas justificáveis, aparentemente normais, incentivadas e institucionalmente aceitas pela sociedade. Isso faz com que a classe trabalhadora incluída e/ou excluída por meio dessas práticas torne legítima a sua condição de marginalidade. Assim, a inclusão excludente toma os contornos de uma nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações de educação e trabalho (KUENZER, 2005). Nesse cenário,

É preciso que o trabalhador se submeta ao capital, compreendendo sua própria alienação como resultante de sua prática pessoal “inadequada”, para o que contribuem os processos de persuasão e coerção constitutivos da hegemonia capitalista (KUENZER, 2005, p. 80).

Logo, a inclusão excludente representa o processo de inclusão de uma parcela da população na educação para o ingresso no mercado de trabalho. Com efeito, essa inclusão precariza o desenvolvimento intelectual do trabalhador, fazendo com que ele próprio se inclua em um grupo que se percebe como fracassado. Cabe mencionar que essa dialética inclusão/exclusão é encarada como algo proposital, tornando-se fundamental para as situações de exclusão e inclusão social em nosso país.

Entendemos, portanto, que em nossa sociedade existe a falsa ideia de que as políticas de expansão da educação superior, incentivadas e aceitas pela sociedade, trazem mais formação e oportunidades para os brasileiros. Entretanto, essas mesmas políticas desconsideram a crise do emprego que se atrela à organização da sociedade capitalista e que faz o indivíduo se colocar como o único responsável pelo seu processo formativo e, tão logo, pela sua ascensão ou por seu sucesso no mercado de trabalho. Aqui observamos, que:

A escola é agora uma instância de integração de cada sujeito ao mercado; no mercado competitivo não há esperança para todos. A economia pode continuar crescendo sem que disso se beneficiem trabalhadores e outros imensos setores da população. Promessa de empregabilidade não significa garantia de emprego ou de integração social, mesmo que o trabalhador tenha investido na sua competitividade (SAVIANI; SANFELICE; LOMBARDI, 2005, p. 5).

No setor da formação docente, esse investimento em competitividade é facilitado pelas políticas de expansão do ensino superior, muito embora o trabalhador tenha que optar por cursos flexíveis e de baixo custo, como os da modalidade a distância da rede privada, para ampliar suas chances

de empregabilidade. Não há dúvida de que a baixa escolaridade dos estudantes das camadas populares se torna um entrave para o ingresso nas universidades federais, algo que beneficia exclusivamente o setor privado. Nesse contexto, “A educação não é mais um direito, mas uma opção individual, assim como ocorre com a oportunidade de emprego e renda” (SAVIANI; SANFELICE; LOMBARDI, 2005, p. 5).

Logicamente, essa necessidade inculcada na mente do trabalhador abre caminho para o surgimento de alternativas privadas e ONGs para a provisão de serviços públicos que podem “[...] ajudar a cobrir as lacunas na oferta de bens públicos e prover bens e serviços que os usuários se dispõem a pagar do próprio bolso” (BANCO MUNDIAL, 1997, p. 121). Por esse caminho, a educação é concebida “[...] como algo decisivo do ponto de vista do desenvolvimento econômico, um bem de produção” (SAVIANI, 2020, p. 108). Em virtude disso, tanto a educação quanto a formação humana passam a se sujeitar apenas às necessidades e às demandas da esfera privada em prol da acumulação de capital.

A dominância dos processos de reestruturação do capitalismo nos mostra que a qualificação de professores transformou-se em um primoroso alvo de grandes escolas privadas de formação superior. O conjunto de dados apresentados neste estudo ilustra o contexto no qual os aspirantes ao magistério estão sendo certificados, evidenciando uma realidade cujo preparo docente segue as novas formas de oferta sob o comando do capital, especialmente nas escolas particulares.

Em meio ao aumento da privatização da educação superior, visões mercantilizadas da educação tornaram-se “[...] tão totalmente integradas nos textos e nas conversas de todos os dias que podem passar facilmente despercebidas, mesmo pelos leitores e pelos ouvintes linguisticamente sensíveis” (MAUTNER, 2010, p. 2, tradução nossa). Nesse contexto, o senso comum faz com que “[...] visões alternativas não mercantilizadas se tornem quase indizíveis e crucialmente impensáveis” (MAUTNER, 2010, p. 2, tradução nossa). Assim, a linguagem adotada nos discursos oficiais segue um processo de convencimento que pressupõe naturalmente o compromisso com os interesses da classe subordinada, desempenhando um papel fundamental na mercantilização do ensino público; por essa via

Uma palavra que reflete a mercantilização do discurso é “parceria”. De acordo com o dicionário, um parceiro é uma pessoa que participa em uma empresa com os outros, especialmente em um negócio ou empreendimento com os riscos e lucros compartilhados. No entanto, enquanto a palavra “parceria” é usada para descrever as relações entre uma empresa e uma instituição de ensino, os detalhes reais dessa parceria (por exemplo, quem faz o quê, quais filosofias e ideologias estão sendo incorporadas e como as coisas são consumadas) são ofuscados (GATTI; CATALANO, 2019, p. 62-63).

Essas parcerias, portanto, configuram uma densa rede organizada para a difusão de uma concepção de educação escolar determinada pelos interesses da classe dirigente, em um movimento que esconde informações essenciais sobre os parceiros da educação, como, por exemplo, os seus objetivos em relação à formação de professores. Isso nos leva a considerar que a educação pública vem sendo sufocada pela agenda empresarial, cujos objetivos caminham ao encontro da dominação do processo educativo e neutralização das resistências.

Essa reflexão sinaliza que, apesar da Política Nacional de Formação de Professores ter como objetivo expandir a oferta e melhorar a qualidade nos cursos de formação dos docentes em prol do ensino público,

O mercado e seus porta-vozes governamentais parecem querer um professor ágil, leve, flexível; que, a partir de uma formação inicial ligeira, de curta duração e a baixo custo, prosseguiria sua qualificação no exercício docente lançando mão da reflexão sobre sua própria prática, apoiado eventualmente por cursos rápidos (SAVIANI, 2013, p. 449).

Portanto, não há dúvida de que no panorama neoliberal o professor, como agente educador a serviço do capital, deve receber uma formação aligeirada e flexibilizada para centralizar os seus ensinamentos de maneira que discipline o indivíduo ao mercado. Arce (2001) considera que

Não é função deste professor do ano 2000 transmitir, ensinar nada aos alunos, apenas garantir que aprendam para que continuem esse processo de aprender a aprender fora da escola. A função do professor acaba reduzindo-se a de um técnico, um prático capaz de escolher o melhor caminho para que o processo de ensino aprendizagem ocorra, além de constituir-se como mero participante das decisões escolares e da vida escolar; em nenhum momento ele é chamado a teorizar, apenas a agir e refletir a respeito de sua prática (ARCE, 2001, p. 265).

Nesse sentido, a desqualificação da formação dos professores da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental, impulsionada pela formação que vem ocorrendo atualmente nos cursos de licenciatura, sobretudo nas IES privadas com fins lucrativos, faz com que o atendimento prestado para esse público da educação básica se torne ruim, pois empurra a educação de crianças “[...] para o amadorismo, a improvisação, o vale tudo” (ARCE, 2001, p. 269).

Dessa forma, a precariedade dos cursos de formação de professores, principalmente os desenvolvidos via EaD,

[...] leva o dito atendimento de qualidade às crianças pequenas a uma completa falácia, afastando a maioria dos educadores de seu papel de transmissor de conhecimento, pois os profissionais são malformados (quando formados!), sem o domínio técnico, compromisso político ou qualquer tipo de conhecimento teórico que lhes permita desenvolver uma prática pedagógica de qualidade (MARSIGLIA, 2011, p. 63).

Por essa via, a alienação docente traz uma série de implicações para a sociedade, pois impulsiona o processo de exclusão social que já vem carregado de certa tensão, já que indivíduos com pouco ou menos estudo dificilmente conseguem mudar sua condição de marginalizados ao longo da vida.

Mesmo existindo debates genuínos sobre EaD como instrumento para universalização da educação, o que temos vivenciado é o predomínio da mesma para atender aos interesses do capital, formulada por organismos internacionais, principalmente o Banco Mundial. Em um discurso ilusório de ampliação do acesso à educação superior, “[...] os organismos internacionais do capital têm instrumentalizado o EaD para implementar um projeto em que a educação é um serviço barato e fundado na precarização das condições de ensino e aprendizagem” (ANDES-SN, 2020, p. 23).

No campo da formação inicial de professores, a implementação do projeto de educação do capital traz várias consequências, das quais se destacam a aprendizagem restrita a disciplinas básicas e a

formação pouco fundamentada em decorrência do esvaziamento dos fundamentos científicos nos cursos de formação inicial de professores. Essa situação resulta numa armadilha que envolve o professor e [...] o transforma em figura decorativa que desvaloriza seu papel, sua formação e as condições objetivas de realização de sua atividade” (MARSIGLIA; MARTINS, 2013, p. 98).

Do ponto de vista pedagógico, podemos considerar que estamos a caminho de uma nova era do tecnicismo (FREITAS, 2018). Saviani (2021, p. 10-11), no início dos anos de 1980, definiu a Pedagogia Tecnicista dizendo que,

A partir do pressuposto da neutralidade científica e inspirada nos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade, essa Pedagogia advoga a reordenação do processo educativo de maneira a torná-lo objetivo e operacional [...]. Na Pedagogia tecnicista [...] é o processo que define o que professores e alunos devem fazer e, assim também, quando e como farão [...]. Daí, enfim, a padronização do sistema de ensino a partir de esquemas de planejamento previamente formulados aos quais devem ajustar as diferentes modalidades de disciplinas e práticas pedagógicas (SAVIANI, 2021, p. 10-11).

Guiando-nos pelo raciocínio de Chaves (1999), a padronização do sistema de ensino não dá conta de atender as especificidades de cada indivíduo, uma vez que cada pessoa tem suas singularidades no processo de construção do saber. Desse modo, a padronização nos cursos de Pedagogia a distância gera uma formação aligeirada, ao mesmo tempo que elimina a diversidade de projetos formativos de preparação de professores oportunizados pelo convívio com o diferente, pela troca e o compartilhamento de experiências entre os colegas e professores (CHAVES, 1999; SAVIANI; GALVÃO, 2021).

A essa altura, mesmo sendo difícil exercer uma educação contra-hegemônica e dialógica, que amplie a oportunidade de uma formação crítica dos professores, em uma sociedade controlada pelos organismos financeiros internacionais, devemos travar de forma vigorosa

A luta contra a seletividade, a discriminação e o rebaixamento do ensino das camadas populares. Lutar contra a marginalidade [exclusão] por meio da escola significa engajar-se no esforço para garantir aos trabalhadores um ensino da melhor qualidade possível nas condições históricas atuais. O papel de uma teoria crítica da educação é dar substância concreta a essa bandeira de luta de modo a evitar que ela seja apropriada e articulada com os interesses dominantes (SAVIANI, 2021, p. 25-26).

Diante disso, “[...] não cabe acatar, mesmo que ‘temporariamente’ ou ‘emergencialmente’, nenhum tipo de ‘ensino’ remoto/virtual/não presencial e afins [...]. Precisamos mais do que nunca nos comprometer com a luta pela qualidade da educação” (SAVIANI; GALVÃO, 2020, p. 45). Nesse sentido, a fim de fomentar a luta em favor do proletariado, devemos ser a resistência contra a lógica da reprodução e conseqüente subordinação do nosso país às políticas públicas orientadas pelos organismos internacionais que visam à manutenção das desigualdades inerentes ao sistema capitalista.

Considerações finais

Em nosso país, as reformas neoliberais iniciadas a partir do governo Fernando Collor de Melo (1990-1992) efetivaram a liberalização do mercado ao mesmo tempo que condicionaram o Estado a incorporar na sociedade propostas e ações políticas embasadas em seus pressupostos. Com isso, as mudanças na regulação entre capital e trabalho colocaram o trabalhador em uma posição de maior fragilidade.

O professorado, que também necessita vender sua força de trabalho, viu sua profissão ser sufocada pela precarização do trabalho docente e, mais ainda, se viu cercado pelas concepções neoliberais que vêm influenciando o âmbito educacional tanto pelas reformas educacionais quanto pelos discursos sobre a função da educação em tempos neoliberais.

Nesse contexto, em nossa sociedade o professor vive uma situação contrastante à medida que muitos compreendem a importância do seu papel social na formação humana, mas apoiam iniciativas privatizantes que tentam acabar com a qualidade da formação docente. Assim, em um panorama contraditório, a sociedade iludida pelos ideais neoliberais exige uma educação de alto nível tanto para a cidadania quanto para o sistema produtivo, ao mesmo tempo que aceita discursos que agem contra as instituições públicas de ensino superior.

É válido enfatizar que a desvalorização do trabalho docente está intimamente ligada ao processo de precarização do trabalho no geral, da mesma forma que está ligada às reformas educacionais adotadas pelo país que apregoam a necessidade dos professores de ganharem novas funções. Como resultado desse conjunto de ações, vemos um acúmulo de responsabilidades para os professores em detrimento das reais oportunidades para o desenvolvimento do trabalho educativo.

Salienta-se que o trabalho educativo é uma atividade complexa, na medida em que oportuniza ao professor uma reflexão séria sobre sua prática, tanto no planejamento quanto nas ações educativas que irão instrumentalizar os alunos por meio da transmissão do conhecimento filosófico, científico e artístico. Assim sendo, a competência técnica e o compromisso político precisam coabitar na prática pedagógica do professor. Há de se considerar que o compromisso político de que falamos diz respeito à emancipação humana e à transformação da realidade da classe trabalhadora, enquanto a competência técnica está relacionada à seleção e organização dos conteúdos significativos para a aprendizagem, bem como à organização dos meios mais adequados para o desenvolvimento do trabalho pedagógico.

Obviamente a existência de uma educação de qualidade, que alimente os sujeitos sociais para o desenvolvimento de ações conscientes e dirigidas com o objetivo de superação da sociedade capitalista, intensifica os embates de interesses antagônicos da burguesia e da classe trabalhadora.

Por certo, essa visão de educação vai em sentido inverso aos interesses do capital que, por sua vez, insere na sociedade concepções antiescolares mascaradas de políticas e práticas que valorizam a autonomia do aluno, mas que na realidade escondem o processo social de apropriação privada do conhecimento. Assim, envolta pela complexidade de um contexto de ordem ideológica, política, econômica e cultural, a baixa qualidade na formação de professores existente, impulsionada pela educação a distância, acaba por ser incorporada e naturalizada na sociedade, passando a ser aceita

automaticamente sem críticas e concebida como a representação de uma realidade cheia de oportunidades para a classe trabalhadora. Nesse cenário, o professor, tendo um importante papel no processo formativo do sujeito para o mercado, fica restrito a receber uma formação aligeirada e flexibilizada em razão dos interesses e demandas do capital.

Nesse sentido, a estratégia de formação “minimalista” viabilizada pela EaD guarda por trás de si uma série de questões importantes que são deixadas de lado enquanto a privatização da educação se confunde com democratização do ensino superior. Nos cursos de licenciatura EaD, por exemplo, os aspirantes ao magistério estão sujeitos a assimilar receituários para garantir o condicionamento da formação unilateral do indivíduo, calcado na constituição alienadora do homem.

Depreende-se, com isso, que as implicações da formação de professores na modalidade EaD para a classe trabalhadora comprometem diretamente a luta pela emancipação humana, perpetuando a relação de exploração do ser humano por outro ser humano, bem como a existência e manutenção de classes sociais.

Dessa maneira, a possibilidade de inovação dos procedimentos de ensino com a utilização de tecnologias de informação e comunicação em nome da democratização e ampliação da oferta de vagas na educação superior, nos remete àquelas histórias de presentes desagradáveis. O presente de grego é um deles, mas não há dúvida de que o mito que melhor se encaixa neste momento em nosso país é o do Cavalo de Troia. Muitas são as histórias que envolvem o presente nefasto entregue pelos gregos, fingindo rendição, aos troianos que amargaram um destino trágico pela armadilha oculta no presente recebido.

Assim, acreditando na luta pelo bem do país, muitos são aqueles que aceitam a educação a distância como instrumento para promover a qualidade do ensino e a equidade educacional. Talvez eles não conheçam a história que envolve o Cavalo de Troia e nem dão a devida atenção àqueles que alertam para queimá-lo enquanto há tempo. A “batalha contra a pobreza” que supostamente iria combater um problema estrutural de nossa sociedade por meio da educação e expansão do ensino superior, vem revelando com a EaD uma série de questões importantes que expressam estreita conexão com empresas privadas.

Logo, esse presente nefasto que nos foi dado de bom grado pelo Banco Mundial e por outros organismos internacionais esconde os reformadores empresariais da educação, que visam utilizar os programas públicos de financiamento para acabar com a educação pública, gratuita, de ensino presencial, de qualidade, laica e socialmente referenciada para todos.

Nessa circunstância, à luz da Pedagogia Histórico-Crítica, consideramos fundamental uma reflexão rigorosa sobre os elementos que definem a educação de qualidade. Haja vista que essa concepção pedagógica defende vigorosamente a democratização do ensino contra a discriminação, seletividade e o rebaixamento do ensino das camadas populares, empenhando-se em assegurar a melhor qualidade do ensino público destinado aos trabalhadores frente às atuais condições históricas.

Portanto, firmes no compromisso ético e político, não podemos perder de vista o ideal de emancipação humana. Para tanto, acreditamos que, mesmo no cenário atual de nossa sociedade,

devemos lutar por uma política de formação de professores que promova o compromisso político e a autonomia do educador, algo que implica a formação da consciência crítica ainda nos cursos de licenciatura.

Referências:

ANDES-SN – SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR. Projeto do Capital para a Educação: análise e ações para a luta. **ANDES-SN**, Brasília, mar. 2016. v. 1. Disponível em: <https://adua.org.br/controlsites/publicacoes/img/20160315142304Anexo1-Cic044-16.PDF>. Acesso em: 30 jun. 2023.

ANDES-SN – SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR. Projeto do Capital para a Educação: o ensino remoto e o desmonte do trabalho docente. **ANDES-SN**, Brasília, 2020. v. 4. Disponível em: <https://www.andes.org.br/diretorios/files/renata/setembro/cartilha%20ensino%20remoto.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2023.

ARCE, A. Compre o kit neoliberal para a educação infantil e ganhe grátis os dez passos para se tornar um professor reflexivo. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 22, n. 74, p. 251-283, abr. 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302001000100014>. Acesso em: 23 jun. 2023.

BANCO MUNDIAL. **Um ajuste justo**: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil. Washington-DC: Grupo Banco Mundial, nov. 2017. 156 p. Relatório. v. 1. Brasil: revisão das despesas públicas. Síntese. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/884871511196609355/pdf/121480-REVISED-PORTUGUESE-Brazil-Public-Expenditure-Review-Overview-Portuguese-Final-revised.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2023.

BANCO MUNDIAL. **Learning for all Investing in people's knowledge and skills to promote development**. Washington-DC: [s.n.], 2020. Disponível em: <https://pubdocs.worldbank.org/en/418511491235420712/Education-Strategy-4-12-2011.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2023.

BANCO MUNDIAL. **Relatórios sobre o desenvolvimento mundial**: o Estado em um mundo em transformação. Washington, 1997. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/272281468339883909/pdf/173000PUBOREPL00Box128848B00PUBLIC0.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2006.

BELLONI, M. L. Ensaio sobre a educação a distância no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 78, abr. 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302002000200008>. Acesso em: 5 fev. 2023.

BRASIL. **Censo da Educação Superior 2015**. Resumo técnico. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2018. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2015.pdf. Acesso em: 15 jun. 2023.

BRASIL. **Censo da Educação Superior 2019**. Resumo Técnico. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em: 1 jun. 2022.

BRASIL. **Censo da Educação Superior 2021**. Microdados. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/area-de-atuacao/dados-abertos/microdados/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 23 jul. 2023.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Educação Superior (SESU). **A democratização e expansão da educação superior no país 2003-2014**. Brasília, 27 abr. 2015. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192. Acesso em: 29 maio 2023.

FREITAS, L. C. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velha ideias.** São Paulo: Expressão Popular, 2018.

GATTI, L.; CATALANO, T. Quando o dinheiro fala mais alto: privatização, formação de professores e imaginários sociais conflitantes nas escolas dos Estados Unidos. Tradução Cristina Antunes. *In*: PEREIRA, E. D.; ZEICHNER, K. M. (org.). **Formação de professores S/A: tentativas de privatização da preparação de docentes da educação básica no mundo.** Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

GIOLO, J. Educação a distância: tensões entre o público e o privado. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1271-1298, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/5pq3TXBjDF8rWm6N7pwnckw/?format=pdf&lang=PT>. Acesso em: 22 fev. 2023.

KUENZER, A. Z. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. *In*: SAVIANI, D.; SANFELICE, J. L.; LOMBARDI, J. C. (org.). **Capitalismo, trabalho e educação.** 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

LIBÂNEO, J. C. **Adeus professor, adeus professora?: novas exigências educacionais e profissão docente.** 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MALANCHEN, J.; MATOS, N. S. D.; ORSO, P. J. (org.). **A Pedagogia histórico-crítica, as políticas educacionais e a base comum curricular.** Campinas: Autores Associados, 2020.

MARSIGLIA, A. C. G. **A prática pedagógica histórico-crítica na educação infantil e ensino fundamental.** Campinas: Autores Associados, 2011.

MARSIGLIA, A. C. G.; MARTINS, L. M. Contribuições da pedagogia histórico-crítica para a formação de professores. **Germinal – Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 5, n. 2, p. 97-105, dez. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/9702/7090>. Acesso em: 30 jun. 2023.

MARX, Karl. **Teses sobre Feuerbach.** Edições Ridendo Castigat Mores. [S.l.]: Ebook Brasil, 1999. Livro digital. Disponível em: <https://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/feuerbach.pdf>. Acesso em 19 jun. 2023.

MAUTNER, G. **Language and the market society: critical reflections on discourse and dominance.** Nova York: Routledge, 2010.

MORAES, R. A.; LIMA, C. A. F. A política de formação de professores leigos no Brasil: o proformação. **Universidade e Sociedade**, Brasília, ano XV, n. 36, jul. 2005. Disponível em: https://www.andes.org.br/img/midias/8cf5504b5f42267a3ac559a740d6b30f_1547841114.pdf. Acesso em: 29 jun. 2023.

MOURA, P. C. **A crise do desemprego: uma visão além da economia.** 4. ed. Rio de Janeiro: MAUAD, 1998.

PEREIRA, E. D.; ZEICHNER, K. M. (org.). **Formação de professores S/A: tentativas de privatização da preparação de docentes da educação básica no mundo.** Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

PEREIRA, J. E. D. A situação atual dos cursos de licenciatura no Brasil frente à hegemonia da educação mercantil e empresarial. *In*: PEREIRA, E. D.; ZEICHNER, K. M. (org.). **Formação de professores S/A: tentativas de privatização da preparação de docentes da educação básica no mundo.** Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

PINTO, M. B. A crise de acumulação de capital e o papel social da universidade brasileira. **Universidade e Sociedade**, Brasília, ano XVI, n. 39, p. 57-69, fev. 2007. Disponível em: https://www.andes.org.br/img/midias/0076b6148f5f62c744d59991e5b10fdf_1547841323.pdf. Acesso em: 11 jun. 2023.

- SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.
- SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.
- SAVIANI, D. **A pedagogia no Brasil: história e teoria**. Campinas: Autores Associados, 2020. Livro eletrônico.
- SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 44. ed. Campinas: Autores Associados, 2021.
- SAVIANI, D.; SANFELICE, J. L.; LOMBARDI, J. C. (org.). **Capitalismo, trabalho e educação**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.
- SAVIANI, D.; GALVÃO, A. C. Educação na pandemia: a falácia do “ensino” remoto. **Universidade e Sociedade**, Brasília, n. 67, p. 36-49, jan. 2021. Disponível em: https://www.andes.org.br/img/midias/0e74d85d3ea4a065b283db72641d4ada_1609774477.pdf. Acesso em: 4 abr. 2023.
- SEKI, A. K.; SOUZA, A.; EVANGELISTA, O. A formação docente superior: hegemonia do capital no Brasil. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 21, p. 447-467, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/812/pdf>. Acesso em: 18 jun. 2023.
- SGUISSARDI, V. Educação superior no Brasil: democratização ou massificação mercantil? **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 36, n. 133, p. 867-889, out./dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/mXnvfHV7q5gHBRkDSLrGXr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jun. 2023.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Sisu – Sistema de Seleção Unificada. **Termo de Adesão 1ª edição de 2023**. Vitória, 17 nov. 2022. Disponível em: https://sisu.ufes.br/sites/sisu.ufes.br/files/field/anexo/termo_adesao_573_ufes.pdf. Acesso em: 22 jun. 2023.
- VENCO, S. Prefácio. In: EVANGELISTA, O. *et al.* **Desventuras dos professores na formação para o capital**. Campinas: Mercado de Letras, 2019.

Notas

¹ Mestra em Ensino, Educação Básica e Formação de Professores pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Professora da rede municipal de educação básica de Cachoeiro de Itapemirim-ES. Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4349174002258272>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0578-4030>.

² Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (2013). Professora Adjunta do DMVET/CCAIE da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Professora do Programa de Pós-Graduação “Stricto Sensu” em Ensino, Educação Básica e Formação de Professores (PPGEEDUC). Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1498649423330714>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3513-1858>.

³ Sistema eletrônico gerido pelo MEC no qual estudantes utilizam notas do Enem para concorrer a vagas em instituições públicas de ensino superior.

⁴ Em 2018 o número de matrículas em cursos de graduação em licenciatura para modalidade de ensino era: presencial 811.788 (49,84%); a distância 816.888 (50,16%). Em 2019 o número ficou: presencial 788.150 (46,7%); a distância 899.217 (53,3%) (BRASIL, 2020).

⁵ Classificação da rede federal de ensino a distância: Pedagogia; Matemática formação de professor; Administração Pública; Administração; Letras Português formação de professor; Biologia formação de professor; Geografia formação de professor; Computação formação de professor; Física formação de professor; Sistemas de Informação. Classificação da rede privada de ensino à distância: Pedagogia; Administração; Contabilidade; Gestão de Pessoas; Educação Física; Serviço Social; Educação Física formação de professor; Gestão de Negócios; Sistemas de Informação; Logística (BRASIL, 2020).

Recebido em: 20 de ago. 2023

Aprovado em 30 de out. 2024